



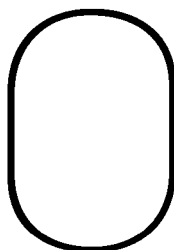
DÍVIDA

Euforia Decisão do BCE faz disparar cotação das Obrigações do Tesouro portuguesas

Banca ganha €650 milhões numa semana



Os banqueiros têm razões para sorrir com o empurrão dado pelo Banco Central Europeu FOTO NUNO FOX



s maiores bancos nacionais ganharam cerca de €650 milhões esta semana com a valorização das suas carteiras de Obrigações do Tesouro do Estado portugueses. Contas do Expresso a partir da exposição do BES, BCP, BPI e CGD à dívida nacional, apontam para uma valorização que ronda €1150 milhões desde junho.

Tudo porque os juros (as *yields*) da dívida têm estado em queda nos últimos tempos e a tendência acentuou-se esta semana com o anúncio do novo programa de compra de dívida por parte do Banco Central Europeu (BCE). A taxa a 10 anos atingiu ontem os 8,09%, um patamar que não se via desde março do ano passado. Nos prazos mais curtos, há já taxas ao nível do final de 2010, muito antes do pedido de resgate em abril do ano passado. Bastou Mario Draghi falar, na quinta-feira, para as cotações dispararem. O BPI, que tem a maior exposição à dívida dos países periféricos, ganhou 25% em duas sessões, o BES 17% e o BCP 3,5%.

Na banca, ninguém quer entrar em euforias antecipadas. O mais importante é “a confiança dos mercados”, referem várias fontes ouvidas pelo Expresso. A decisão do BCE pode permitir a Portugal regressar mais facilmente aos mercados e, ao mesmo tempo, alivia a pressão sobre as contas dos bancos que foram obrigados a reforçar capital para cobrir as perdas potenciais com dívida soberana. A estes ganhos com os títulos portugueses somam-se ainda valorizações com obrigações de outros países, como Espanha ou Itália, embora nestes casos os montantes nas carteiras dos bancos portugueses sejam bastante menores. Igualmente a ganhar com esta onda nos mercados estão se-

guradoras, fundos de investimento e até o fundo da Segurança Social.

Ao Expresso, o presidente do BCP, Nuno Amado, disse que esta medida “vai permitir que a ida de Portugal ao mercado seja potenciada e permita à banca o mesmo, tornando o financiamento mais fácil”. Por outro lado, acrescenta outro responsável da banca, “as regras anunciadas vão ajudar a estabilizar a dívida pública o que é um contributo positivo para os próprios Estados e sistema financeiro”.

Entre banqueiros, as cautelas não são de estranhar. Desde que a crise começou no início de 2010 que, por várias vezes, os mercados aplaudiram de pé novas medidas que, pouco depois, acabaram por rejeitar. Os eventuais ganhos com as obrigações apenas serão registados nas contas se o clima de confiança se mantiver até final deste trimestre. Até porque há ainda muitas dúvidas sobre o futuro da zona euro, nomeadamente a decisão do Tribunal Constitucional alemão sobre o Mecanismo Europeu de Estabilidade (dia 12), o resgate espanhol e o futuro da Grécia.

Além disso, eventuais ganhos para a banca em termos de capital não são imediatos. “Existem ganhos que irão refletir-se nos resultados se permanecer este cenário de confiança, mas no capital tudo está congelado pelos requisitos impostos pela Autoridade Bancária Europeia (EBA), que continua a obrigar a banca a contabilizar a dívida soberana a preço de mercado a setembro de 2011”, esclarece um banqueiro.

ISABEL VICENTE e JOÃO SILVESTRE
ivicente@expresso.impresa.pt

Belém festejou medidas do BCE

O Presidente festejou em Belém a decisão do BCE de comprar dívida pública no mercado aos países em dificuldades. Foi a medida que sempre defendeu

Na quinta-feira, em Belém, só não se festejou com champanhe porque não havia à mão... e as dificuldades do país não o permitem. Mas a decisão do BCE de comprar no mercado títulos da dívida pública a curto prazo dos países em dificuldades, de forma ilimitada, tal como Cavaco Silva reclamava há muito, foi saudada como um festa.

“Só peca por tardia”, comentou mais tarde o Presidente, considerando que Portugal é um país “elegível” para a medida agora anunciada, que torna também mais fácil o regresso aos mercados, marcado para dentro de um ano.

A medida aliviou desde logo o peso dos juros das obrigações portuguesas e deu razão de sobra a Cavaco, que pediu a intervenção do BCE como uma forma expedita de resolução da crise europeia.

No ano passado reclamou-o insistentemente e ainda em agosto o voltou a recordar no Facebook. No domingo, fez um apelo para que o BCE não recesasse “tomar medidas por maioria”, atendendo à relutância da Alemanha, o único país cujo banco central votou contra a medida anunciada por Draghi.

A medida ‘cai’ em plena avaliação da *troika* a Portugal e a propósito da qual Cavaco considerou que as instituições internacionais deviam rever “aquilo em que falharam”. Dias depois, o representante da Comissão Europeia afirmou que o programa era do Governo e não da *troika*, uma resposta entendida como tendo a cobertura institucional: a Europa não pode ter um programa que falhe. E, se falha, a culpa não é dela.

LUÍSA MEIRELES

lmeireles@expresso.impresa.pt



O grande salto em frente da União Europeia

Barroso poderá aproveitar o discurso no PE para defender a revisão do Tratado de Lisboa e propor a eleição direta do presidente da Comissão

A intervenção do Banco Central Europeu (BCE) no mercado da dívida anunciada esta semana foi feita com uma contrapartida clara: a de que a zona euro desse um impulso significativo na sua integração financeira, mas também económica e política.

O primeiro passo deste processo será dado já na quarta-feira, quando a Comissão Europeia apresentar as suas propostas para a chamada “união bancária”, que vai fazer do BCE o supervisor único da estabilidade financeira no seio da zona euro, com poderes sobre os seus 6 mil bancos. A Comissão acredita que estão reunidas as condições políticas para que a sua proposta seja discutida e aprovada pelos governos da União Europeia, por forma a poder ser aplicada já em janeiro.

Uma decisão que coincide com o discurso que Durão Barroso irá proferir em Estrasburgo, perante o Parlamento Europeu, sobre o “estado da União”. A união bancária, a que o presidente da Comissão se tem referido como um passo “histórico”, será o ponto de partida da sua intervenção que se deverá centrar na encruzilhada existencial que a atual crise do euro representa para o projeto europeu. Na ocasião, Durão deverá antecipar os passos e o calendário a seguir no novo impulso ao processo de integração, que visa concretizar a decisão dos líderes dos 27 nesse sentido, tomada no final de junho.

Numa intervenção feita esta semana em Roma, Barroso deixou claro o alcance do que se prepara: “É claro que a lógica da integração não pode ser puramente económica. Uma união bancária

requer um supervisor único para a zona euro, uma maior união económica também requer a supervisão conjunta das políticas económicas dos Estados-membros. É por isso lógico, mas também correto e justo, que haja igualmente maior integração política ou institucional”.

Se as modificações necessárias à concretização da união bancária são possíveis no quadro dos atuais tratados, na calha está uma revisão dos mesmos. De acordo com a imprensa germânica, Angela Merkel quer que os 27 lancem uma Convenção para rever os tratados até ao fim do ano. E num discurso perante o corpo diplomático da UE, Durão reconheceu que uma modificação dos tratados é um processo “demorado”, mas acrescentou que para sair da crise são necessárias respostas de “curto prazo”, como a união bancária.

Ao que o Expresso apurou, no discurso e no debate que se lhe seguirá com os eurodeputados, Barroso poderá ir mais longe e defender abertamente o lançamento deste processo formal de revisão dos Tratados europeus e propor uma data para o arranque do mesmo.

Uma maior transferência de soberania para o nível europeu ao nível económico e político é considerado o caminho a seguir, noções que se poderão traduzir num maior controlo europeu sobre a elaboração e aplicação dos orçamentos nacionais e na criação de novas entidades, como um tesouro e um ministério das finanças europeu. No plano político, a eleição direta do presidente da Comissão Europeia e a criação de listas europeias nas eleições para o PE têm sido algumas das ideias ventiladas. Resta saber quão longe irá Barroso na próxima quarta-feira.

DANIEL DO ROSÁRIO

correspondente em Bruxelas
politica@expresso.impresa.pt